

PREÂMBULO

INTUIÇÃO E CONSCIÊNCIA SUPREMAS

Se dizemos “conheço Deus”, somos mentirosos, porquanto Deus é Incognoscível, nós que nada somos, nada menos que uma palha, um fragmento de feno; se dizemos “não conheço Deus”, somos igualmente mentirosos, pois Deus sabemo-lo Onipotente, Onipresente, Onisciente e Ele nos abraça diuturnamente como outrora na forma de sarça ardente a Moisés, como a luz transfigurante do Tabor ou qual a língua de fogo do Pentecostes que flui incessantemente sobre os povos, milênios afora.

O Senhor nos concedeu o tirocínio ou discernimento de “saber o que se quer” antes de “fazer o que se pode”. Metas existenciais e espirituais que nos parecem difíceis, roteiros ínvios, rústicos que somos, porém viáveis ante o fulgor, o vigor, o impulso da Luz Divina que, incessantemente, nos permeiam os passos. Embora a fadiga, o desencanto, sorvemos a fragrância dos vales, vislumbramos as montanhas intrigantes, nos refugiamos no dossel dos astros sob o azulineio manto da noite. O chumbo se torna ouro ao ser penetrado alquimicamente pelo fogo; o carvão que, sob o fragor convulso e milenar das torrentes de magma, se faz diamante.

Nada está fora do lugar (espaço) e do momento (tempo). Completa ausência de dualidade ou multiformidade no âmbito da Criação Divina. Nada é aleatório ou acidental. Tudo, enfim, é sagrado, de ilimitada criatividade, plenificada ritualidade. Um caminho imenso, abissal, infinito entre a obscura mônada e a fulgurante angelitude. Somos os convivas ativos da grande boda – ao nosso lado, sempre, o Dignatário, o Mandatário, o Anfitrião, porquanto dotados somos de imortalidade espiritual, da mais suprema e cósmica consciência emanada do Fiat Divinal. O Senhor, em seu testemunho e desapareço, se fez sarcóforo (portador da carne) para que todos nós, humanos. nos façamos pneumatóforo (portador do Espírito) e a Quem nos cabe entoar hosanas, proclamar toda honra, nos incendiar de amor e louvor...

Viola – e música! – Viva

Um mestre violeiro, tradição, educação e Cooperativismo. Essa é a mistura afinada compondo o projeto Viola Viva, idealizado e realizado pelo Sicoob Creddivertentes. Com a iniciativa, 12 crianças com idades entre 10 e 15 anos aprenderão a tocar Viola Caipira gratuitamente. Para isso, terão como professor ninguém menos que Chico Lobo, “violeiro, poeta e cantor” das Vertentes que se transformou em referência mundo afora.

Pág. 5

Von Martius

Gonçalves Dias não exagerou quando escreveu a “Canção do Exílio”. De fato, “nossas várzeas têm mais flores, nossos bosques têm mais vida” – e a Ciência comprova, em números, o que a poesia apaixonada alardeou em versos. Segundo mapeamento do Jardim Botânico, o Brasil guarda em seu território cerca de 50 mil espécies de plantas diferentes – 46,9 mil nativas e outras mais de 3 mil exóticas. Uma fartura ecológica extraordinária que foi “inventariada” pela primeira vez por Karl F.P von Martius e Johann B. von Spix no século XIX. Esse trabalho culminou no livro Plantas usadas pelos brasileiros e suas substâncias medicinais. A obra foi resgatada pela doutora Maria das Graças Brandão no Instituto Cayapiá e ganhou reedição que tem, entre instituições viabilizadoras, o Sicoob Central Crediminas e o Sicoob Creddivertentes.

Pág. 5

A casa da Vovó Nhanhá

“Existem Mundos Perdidos. Com certeza existem. Se antes eram a nossa realidade, o dia a dia da nossa vida, depois, por alguma interseção, algum desvio ou interrupção na história, migram para cantos isolados e perdidos da memória. Não necessariamente morrem, mas ficam escondidos esperando que sejam lembrados enquanto existirem quem neles viveram ou surjam outros que se importem e queiram conhecê-los. Em São Tiago, no endereço Rua Cel. Benjamim Guimarães, 31, a meio caminho da Casa da Banda até os Fundos da Igreja Matriz, em outra época, em um Mundo Perdido, existia a Casa da Vó Nhanhá”.

Pág. 8

Doutor Lustosa

Ao menos uma vez na vida você ouviu sobre a Cera Lustosa, um analgésico odontológico que, segundo anunciava, era capaz de eliminar dores de dente em cinco minutos. O que poucos sabem é que o produto foi criado no Campo das Vertentes, mais especificamente em São João del-Rei. Confira essa história – e a de seu criador – nesta edição.

Pág. 14



ADIVINHAS

- 1.O que tudo tem?
- 2.Você sabe a definição de vulcão?
- 3.O que o pneu disse para a estrada?
- 4.Por que uma casa não pode andar?

Respostas: 1- Nome; 2- Uma montanha com soluços; 3- Você já está me deixando careca; 4- Porque ela é imóvel.

Provérbios e Adágios

- Com um tacho velho, compra-se um novo
- Entre a cruz e a caldeirinha
- Quem menos sabe do sapato é a sola
- Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte é tolo ou não sabe da arte.

Para refletir

• Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas possa mover o mundo; de fato é a única coisa que tem funcionado.

(Margaret Mead)

• A mentira voa e a verdade é coxa; dessa forma quando os homens são enganados é tarde demais; a piada acabou e o conto surtiu seu efeito".

(Jonathan Swift – 1667 – 1745).

• Alguns homens vêm as coisas como são e dizem: Por quê? Eu sonho com as coisas que não existem e digo: Por que não?

(Bernard Shaw – 1856 – 1950)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Fabiana Diéle.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Maria Luiza Santiago de Paula

Revisão: Fábio Antonio Caputo e

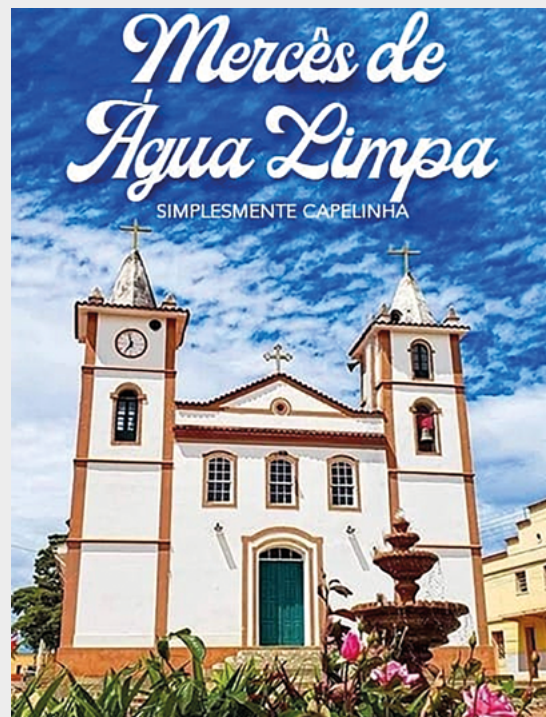
Sandra Regina Almeida Caputo

Jornalista Responsável:

Marcus Santiago – MTB 19.262/MG

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

Realização:



São-tiaguense lança livro sobre o distrito de Mercês de Água Limpa

O escritor Marcus Santiago lançou mais uma importante obra para a história local e regional, "Mercês de Água Limpa: Simplesmente Capelinha".

O livro é resultado de mais de uma década de pesquisas em arquivos públicos e na localidade onde recolheu informações diversas do desenvolvimento da comunidade como: fundação de entidades, igrejas, escolas, serviços básicos; principais eventos, festejos, dentre outras tantas informações ligadas aos aspectos fundacionais da história da antiga Capelinha ao atual Distrito até o ano de 2022, quando completou 60 anos de instalação.



Apoio:



AO PÉ DA FOGUEIRA

COPO SUJO

“Por fora bela viola; por dentro, pão bolorento” (Ditado popular)

Iniciara a vida comercial pelos seus 17/18 anos, abrindo uma bitaca na periferia da cidade. Porta única, mal cabendo o cliente adentrar. Umas cinco garrafas de refrigerantes, outras tantas de cachaça expostos na velha, esgarnizada prateleira; algum petisco e tira-gosto numa encarquilhada estufa, linguças e cebolas penduradas no poial. A bem da verdade, um estabelecimento popularmente conhecido como “copo sujo” frequentado principalmente por bêbados e transeuntes.

Freguesia aumentando, passando a diversificar seu estoque, comercializando enlatados, gêneros alimentícios, material de limpeza, bebidas em geral, Cidade em crescimento, vários loteamentos, a periferia se torna um populoso bairro. Em pouco tempo, o antes debilitado empório torna-se um promissor ponto comercial, vindo a enriquecer o jovem empreendedor. Em questão de uma década, e meia, adquire fazendas, frota de veículos, prédios. Casando-se, passa a

ter existência nobre, com viagens, destaque social, além de conhecido criador de cavalos de raça, levando-o a participar de exposições, torneios de grife Pais afora. Adquire vaidades, petulâncias, tornando-se enfatuado, presunçoso.

Um pequeno produtor rural, encontrando-o casualmente, queixa-se da atividade agrícola – preço do leite pago miseravelmente pelo mercado laticinista, preço da arroba do boi sempre jogado “prá baixo” pelos frigoríficos, estradas vicinais sem conservação pela prefeitura... O rico não o deixa completar, repreendendo-o duramente:

- Não quero saber desse chororô. Cheiro de pobreza me faz mal. Faça como eu: mexa com atividades nobres como criação de cavalos de raça ou incorporadora de imóveis. Gado chinfrim como o seu, meu amigo, é coisa de pobre...

O sitiante “pobre” não deixou por menos:

- Você é um homem descaridoso, pelo que vejo, não evoluiu nada esses anos todos. Embora sua pose de milionário e arrogante hoje, você, por dentro, ainda é aquele copo sujo, mórbido, bitaqueiro de beira-estrada, de décadas atrás...



Escola de samba mais antiga do Rio, Portela celebra 100 anos



Mais antiga e maior vencedora do carnaval carioca, a escola de samba Portela completa 100 anos hoje (11). Fundada em 11 de abril de 1923 no bairro de Oswaldo Cruz, parte da região administrativa de Madureira, zona norte do Rio de Janeiro, a agremiação coleciona 22 títulos. O último foi conquistado em 2017, depois de mais de três décadas de jejum. Conhecida pelas cores azul e branca, e pelo símbolo da águia, é a única a participar de todos os desfiles da cidade.

FERNANDO FRAZÃO/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL



Portela leva ao Sambódromo em 2023 enredo sobre a história de seu centenário

Entre os sambas-enredo mais emblemáticos, alguns se destacam, como Lendas e Mistérios da Amazônia, de 1970, que trazia referências aos povos, lendas e folclores da floresta; Contos de Areia, de 1984, que homenageava Paulo da Portela, Natal e Clara Nunes, representados pelos orixás Oranian, Oxóssi e Iansã; e Gosto que me Enrosco, de 1995, sobre a história do carnaval no Brasil.

Nomes famosos do samba carioca fazem parte da história da escola: Paulo da Portela, Natal, Candeia, Monarco, Paulinho da Viola e Tia Surica. Esta última é a atual presidenta de honra. O presidente em exercício é Fábio Pavão, eleito no ano passado. Quem conhece bem esse legado centenário é o compositor Noca da Portela. Ele tem 90 anos de idade e é autor de sambas-enredo premiados no carnaval.

“Para mim, Portela não é somente uma escola. É uma religião onde todos nós, velhos e moços, cantamos, escopomos, no mesmo caticismo do samba. É uma tradição. A Velha Guarda é toda descendente dos grandes poetas da escola. Desde pequeno, o portelense aprende a amar a escola, dar tudo na avenida e fazer de tudo para a Portela ser vitoriosa. É uma grande família.”

Com 84 anos, a porta-bandeira Vilma Nascimento, também conhecida como Cisne da Avenida, tem muito orgulho da Portela. Ela desfila pela agremiação desde 1957.

“Eu amo aquela avenida, eu posso até deixar de aparecer na quadra da escola, mas na avenida eu já disse: me levem até de cadeira de rodas. Quando sofri um desastre em São Paulo, levei 32 pontos na cabeça. Fui operada na semana do carnaval. Eu fui para a avenida cheia de pontos. Gosto muito de carnaval. Fui criada desde pequenininha no meio. Eu vivo pra isso.”

A agremiação celebra o passado, mas também pensa na construção de novos capítulos vitoriosos na Sapucaí. Entre os novos inte-

grantes, há três gerações de porta-bandeiras na família de Vilma Nascimento. Filha, neta e bisneta estão seguindo os passos dela agora.

“Desde pequena eu sou portelense. E não foi por influência da minha família. Eu bati o olho e me apaixonei”, declara Clarice Nascimento, a bisneta de 15 anos de idade. “A Portela tem uma grande parte do meu coração. Gosto muito de ir para a quadra, de falar com as pessoas, de criar amizades. A Portela é um grande amor pra mim.”

TOMAZ SILVA/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL



Desfile da Portela no Carnaval 2019 no Rio de Janeiro, em homenagem a Clara Nunes

O sambista e compositor Ciraninho, de 42 anos, diz que o segredo para a escola continuar empolgando na avenida é olhar para a história centenária.

“Preservar os compositores e a Velha Guarda é praticamente uma questão de sobrevivência para a nossa geração. É saber olhar para trás, para o que eles fizeram, e saber levar os legados para frente. Para que a Portela possa celebrar 100 anos de história magníficos e ter mais 100 anos de glória pela frente.”

PROGRAMAÇÃO

A Portela montou uma série de eventos para comemorar o aniversário. Hoje, pela manhã, uma missa no Cristo Redentor celebrou os 100 anos. Agora à noite, um show na Praça Paulo da Portela, em Madureira, traz apresentações da Velha Guarda e o Grupo-Show da escola. No próximo domingo (16), haverá um desfile da escola pela comunidade, com sambas históricos previstos no repertório.

CARNAVAL 2024

Os trabalhos para o desfile do ano que vem na Sapucaí também estão em andamento. Sob o comando dos carnavalescos Antônio Gonzaga e André Rodrigues, a Portela vai apresentar o enredo Um Defeito de Cor. Ele é baseado no romance de mesmo nome da escritora Ana Maria Gonçalves. A proposta é apresentar novas perspectivas da história brasileira, a partir da trajetória da mãe negra, Luísa Mahim. Uma africana idosa, cega e à beira da morte que sai da África para o Brasil em busca de um filho perdido e presencia uma série de violências relacionadas à escravidão.

Edição: Juliana Andrade



Viola Viva – Projeto Cultural

O SICOOB CREDIVERTEENTES com o apoio do mestre violeiro Chico Lobo está desenvolvendo o projeto Viola Viva de resgate/valorização de nossas raízes culturais, nossas tradições, nossas crenças, com ênfase na viola “caipira”, um instrumento sem dúvida, de muitas histórias, ligado a colonização, desbravamento e ao povoamento do interior do País e ainda às nossas tradições folclóricas, religiosas como Folias de Reis, Catiras, Danças de São Gonçalo.

Um projeto que temos certeza será vitorioso e que necessita ir além. Precisamos envolver/incorporar nossas crianças e jovens em atividades lúdicas, artísticas, ambientais, intersetoriais, gerarmos pertencimento e vivência a eles, com direito ao lúdico, ao musical, à praça. O direito ao saber, ao conviver, interagir!

Transformamos a sociedade através da cultura, tornando-a mais justa, saudável, pacífica, sustentável.

“As utopias são como os horizontes: inatingíveis, mas ao tentarmos escalá-las estamos caminhando, construindo” (Eduardo Galeano).

Projeto de interesse social que gera conhecimento, exercita o pensamento, melhora as relações com o próximo, afirma nossa identidade pessoal e regional, contribui para a formação pessoal, cívica e intelectual além de reconstrução de nossa memória cultural e de motivar nossas crianças e jovens à atividades artísticas, lúdicas, intelectivas e dessa forma merecendo o apoio de nossas famílias, escolas, autoridades!

Lançamento de obra científica rara com apoio do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS/SICOOB CREDIVERTEENTES

Entre 1817 e 1821, o médico e botânico alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794 – 1868), um dos integrantes da missão Austríaca realizaria, juntamente com o zoólogo Johann Johann Von Spix (1781 – 1826), inúmeras expedições pelo território brasileiro, percorrendo um total de 14 mil km pelo interior do País, catalogando milhares de espécies vegetais nativas e endêmicas, formatando-se inestimável patrimônio científico-natural e de reconhecimento de nossa biodiversidade.

Os resultados da viagem ao Brasil – relatos, anotações, pesquisas, memórias, ilustrações científicas, coletas, comporiam um monumental compêndio de nossa flora, com ênfase para a obra “Flora Brasileira”.

Sua obra “Systema materiae medicae vegetabilis Brasiliensis” redigida em latim, publicada em 1843 tratando das propriedades terapêuticas das plantas nativas brasileiras, passados 180 anos acaba de ser traduzida e publicada entre nós sob o título “Plantas usadas pelos brasileiros e suas substâncias medicinais”, por atuação da prof. Maria das Graças Lins Brandão, presidente do Instituto Carapyá, uma contribuição excepcional ao conheci-



mento e à botânica nacional em exímia tradução do prof.: Antonio Martinez de Rezende.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e SICOOB CREDIVERTEENTES orgulham-se de apoiar e patrocinar a presente edição, corroborando os princípios cooperativistas de formação, comunicação e educação e de interesse pela comunidade, ao lado dos valores da sustentabilidade, biodiversidade, preservação ambiental, ancestralidade num momento de ameaças constantes aos biomas pátrios e de reposicionamento das comunidades e povos originários, cujos saberes, hábitos e costumes embasaram a obra do notável cientista alemão.

A obra em 244 páginas é, sem dúvida, mais um notável esforço da Drª Maria das Graças Lins Brandão e equipe, propiciando o resgate e revalorização da cultura de nossos povos originários e comunidades tradicionais de nossos riquíssimos biomas, bem como desenvolvimento de produtos relacionados à bioeconomia, mormente plantas medicinais e afins.

DE POETA E LOUCO TODOS TÊM UM POUCO



SANJOANIDADES

MESTRE NÃO É QUEM SEMPRE ENSINA,
MAS QUEM DE REPENTE APRENDE
[Guimarães Rosa: Grande Sertão: Veredas]

SÃO JOÃO DEL-REI (07-10-93)

SÃO JOÃO, nobre terra, cantar eu quisera,
Com cadência no verso e riqueza nas rimas,
As belezas que tens... Ah se tanto eu pudera,
Ó Formosa Odalisca, ó Princesa de Minas!

São João, que marcaste o Caminho Geral
Das bandeiras paulistas, do teu Tomé Portes,
Tu tiveste por berço, no Porto Real,
Os vargedos fecundos do Rio das Mortes.

São João, que recordas, em dúbio lugar,
A matança cruel do Capão da Traição,
Tens na Casa da Pedra belezas sem par,
Um quilombo, talvez, da africana nação.

São João, de Aniceto e também Tiradentes,
Zé Maria Xavier, renomado de glória.
És a mais linda flor no Jardim das Vertentes
Renascida nas Betas com o Ouro da História.

São João, de mulheres heroicas fecunda,
Que, no espelho mirando de Bárbara Bela,
Nos momentos difíceis, na dor mais profunda,
Dos destinos se tornam do Norte Estrela.

São João, das Orquestras, de mil tradições,
Da poesia a rimar na linguagem dos sinos;
E das Bandas rivais a seguir Procissões,
E do Povo a rezar nos seus cultos divinos.

São João, do Lenheiro e do – psiu! – Cala-Boca,
Da Maria Fumaça e das verdes colinas.
Pelas Pontes de Pedras, pela Arte Barroca,
Atração do Brasil, aos turistas fascinas.

São João, bem vizinha tu estás d'Águas Santas,
Do Pombal e da irmã, que já foi São José.
Um presepe engastado na Serra que encanta
E que o nome do Alferes venera com fé.

São João, das Igrejas que são, na verdade,
A herança mais cara dos tempos de outrora.
Tu, Biosa e Fiel, serás sempre a cidade
Do Senhor Bom Jesus e de Nossa Senhora.

São João, ai! nem tudo são causas de orgulho,
Porque tens no mau filho um perdido demônio,
Destruindo insensível, levando no entulho,
As relíquias preciosas do teu Patrimônio.

A SERRA DO LENHEIRO

(1996)

Salve Serra que, em tempos de outrora,
Foste um reino de bela harmonia
Das espécies de Fauna e de Flora,
No equilíbrio da ecologia.

Esquecida de nós, muitas vezes,
Tens, no entanto, obras dignas de mestre,
Como o antigo Canal dos Ingleses
E os mistérios em arte rupestre.

Se galgamos teu dorso altaneiro,
Onde a terra se irmana com os céus,
Lá no alto, aos pés de um cruzeiro,
A nossa alma se encontra com Deus.

Quando, à hora da paz vespertina,
Brilha Vênus na orla celeste,
A Formosa Odalisca se inclina
No divã de tuas grimpas a Oeste.

Logo após, pontilhados de luzes,
Os teus morros parecem de estrelas.
Estas penhas, colmadas de cruzes,
Nunca havemos, jamais, de esquecer-las.

Pois, se nuvens escuras, ao fundo,
Lhes desenham gentis silhuetas,
De socorro o seu brado profundo
Ouviremos clamando das betas:

Não me agridam, meus filhos amados,
Co'o furor que aos néscios atija,
Pois fui eu que, nos tempos dourados,
De seus pais satisfiz a cobiça.

Bem do fundo do meu coração,
Ouro dei-lhes em grã quantidade,
Para que o Arraial de São João
Fosse logo esta bela Cidade.
Mas se o fogo, nas brenhas, hirsuto,
Queima os ninhos de meus animais,
Toda em cinzas me cubro de luto,
Mínguam fontes nas Águas Gerais.

Cessem, pois, as malditas queimadas,
Pare logo a infeliz grupiara!
Só assim, novo reino de Fadas
Eu, quem sabe, outra vez, me tornara!

ESTIVE EM SÃO JOÃO

(30-06-94)

Contempla estas ruas, vê quantas igrejas,
Erguidas à custa das negras pelejas,
Em pedra sabão!
Divaga teus olhos nas serras e montes,
Na lua que sobe, além, no horizonte,
Num lindo clarão!

Escuta os foguetes que estouram no espaço
E a banda que passa, marcando o compasso,
Seguindo o andor!
Afina os ouvidos no toque dos sinos,
Chamando-nos todos aos cultos divinos
De Nosso Senhor!

Aspira o perfume cheiroso do incenso,
De todas as flores, que enfeitam o imenso
Terrestre jardim!
Aguça o olfato, aprecia o cheirinho,
Que exala do místico e bom rosmaninho,
Do verde alecrim!

Degusta as amêndoas do belo cartucho,
Que, para as crianças, pintado com luxo,
É um mimo do céu!
Apura teu gosto, e o prazer do que comes
Reparte com o irmão, que sucumbe de fome,
Nas ruas, ao léu!

Abraça a quem amas, não mates ninguém
E, quanto puderes, recorda também
Que a vida é um dom!
Expõe a epiderme ao calor do estio:
Carícias do vento, ou do sol, se no frio,
Sentir é tão bom!

Recebe, turista, esta minha mensagem,
Que fiz para ti – qual singela homenagem
Do meu coração!
E quando te fores, por onde passares,
Dirás com saudade, talvez, nos olhares:
Estive em São João!

A CASA DA VÓ NHANHÁ

"Existem Mundos Perdidos. Com certeza existem. Se antes eram a nossa realidade, o dia a dia da nossa vida, depois, por alguma interseção, algum desvio ou interrupção na história, migram para cantos isolados e perdidos da memória. Não necessariamente morrem, mas ficam escondidos esperando que sejam lembrados enquanto existirem quem neles viveram ou surjam outros que se importem e queiram conhecê-los."

Em São Tiago, no endereço Rua Cel. Benjamim Guimarães, 31, a meio caminho da Casa da Banda até os Fundos da Igreja Matriz, em outra época, em um Mundo Perdido, existia a Casa da Vó Nanhá.

Na verdade era a residência do casal José Pedro Caputo, o Sapecado, e Carmelina Maria Caputo, a Nanhá do Sapecado, meus bisavós, sendo eu o bisneto mais velho.

À esquerda, em um imóvel que ainda existe e já sofreu várias reformas para atender a diversos fins sendo até posto avançado do Banco Bradesco, localizava-se o bar do Pedro do Juca, dominante como opção naquele entorno. À direita, um grande galpão onde funcionou a oficina mecânica do Geraldo Caputo. Passou por vários proprietários e inquilinos chegando a se transformar em um salão onde aconteciam bailes populares, chamado Garagem. É o precursor do empreendimento de mesma finalidade chamado Magnata Club, ou conhecido pelo seu apelido inusitado de "Peida". Foi praticamente demolido e reformado funcionando hoje como uma loja de embalagens.

O convívio da família Caputo com os bailes da Garagem era um pouco problemático. O galpão estava irremediavelmente localizado entre a casa da Vó Nanhá e a casa do seu filho Rafael. Naturalmente o antigo galpão não cumpria a mínima exigência para elementos de vedação sonora. As paredes duplas de divisa não eram suficientes para a contenção do som alto de música misturado com burburinho humano. O barulho penetrava sem fronteiras pelas casas desde a tradicional hora de se deitar até a madrugada.

A casa da Vó Nanhá era um entreposto sentimental e prático, estrategicamente localizado na confluência de muitas vias de ligação para várias localidades das Vertentes com o foco em São Tiago. Atendia desde sempre parentes, amigos e conhecidos, sem exigir condições de como, quando e onde.

Se um amigo viajava de Oliveira para São João Del Rei, paradinha para um café. Se um parente saísse de Carapuça destino a Belo Horizonte, pernoite. Alguém vindo de Capelinha para tratar de assuntos na sede do município encontraria descanso e alimento. Um Viajante em dia difícil, pausa para recuperar o flego. Alguém esperando por uma baldeação de ônibus demorada desfrutaria de conforto gentilmente oferecido.

Uma referência especial deve-se feita à Tia Irene, Irene Caputo, única filha morando com a mãe naquela casa durante muito tempo, nunca tendo se casado. Comerciante renomada, nas devidas proporções considerando o local e a época, possuía um ponto comercial na própria residência. Um cômodo pequeno, com uma porta interna que levava até a copa, e outra para o acesso pela rua, um ou dois degraus mais baixa. O mobiliário era franciscano: cadeira para a proprietária, balcão expositor de madeira e vidro, bancos sem encosto para os clientes e muitas prateleiras nas duas paredes laterais, mais compridas. O ambiente era entulhado. Havia de tudo um pouco, um tipo de loja que está em extinção em prol das especializadas. Podiam ser encontrados deste arado até anzol, desde pilha e isqueiro de plástico até panela para se torrar café de uso domiciliar, e outras combinações esquisitas.

Sendo o cômodo da venda tão pequeno e apertado impressionava como tantas pessoas fossem àquela loja o dia inteiro, como



Vó Nanhá e Sapecado – Arquivo familiar

tantas pessoas permaneciam lá ao mesmo tempo, e como tantas não eram qualificadas como sendo o tipo de frequentador que se esperaria lá encontrar como fregueses e fornecedores.

Este pessoal todo se reunia para conversar por longos períodos, varando as manhãs e as tardes. Não há como se negar que o motor de toda aquela atividade, além das atualidades, política e a vida trivial, retirando a roupa da ingenuidade, era a prática com desenvoltura da boa e velha instituição da fofoca. Já foi dito que fofoca é simplesmente fazer comentários sobre fatos reais da vida dos outros. Provavelmente eu era muito jovem para permanecer neste ambiente adulto ouvindo esses assuntos do dia a dia, ou reciclando eventos do passado, sem ainda ter adquirido experiência e a perspicácia para entender muita coisa velada ou subentendida. Não sobra em mim nenhum resquício de impressão que garantiria que ali se falava mal das pessoas ou se fazia julgamento sumário de seus erros com condenação imediata. Numa sociedade interiorana e de tamanho acanhado, com muitas correlações por parentesco, por interesses econômicos e amizade, os fatos da vida de todos invariavelmente em algum instante são disseminados socialmente, escapolem do controle e serão conhecidos por todos. É um processo que leva a uma espécie de digestão da pior camada dos seres humanos, uma purgação e um alívio. Os melhores e maiores segredos, se existem, são tão bem guardados que tudo funciona como se não existissem, e deles nada se sabe. Portanto, não existem.

As pessoas que perambulavam pelas ruas em dias de festas na cidade, ou comemorações, ou passeando para lá e para cá participando do "Footing", o "fazer a avenida", e até os frequentadores do cinema usufruíam, de certo modo, dos recursos da casa da Vó Nanhá. Como geralmente estas coisas aconteciam no período noturno era possível, de forma discreta a ponto de passar despercebido, acessar o alpendre, sentar e descansar nas muretas mantendo uma boa prosa, beber um copo d'água, ir ao banheiro e com um pouco de audácia até tomar um gole de café. Quanto mais intimidade a pessoa mantivesse com a casa e seus moradores mais profundamente ela poderia obter sucesso. Além do mais, caso fosse flagrada, era mais uma das muitas pessoas que diariamente frequentavam a casa, e também certamente era filha, irmã, prima ou qualquer outro parentesco de alguém conhecido, merecedor de consideração.

Dona Carmelina ficou viúva em 1958 e permaneceu nesta con-

dição até 1985, quando faleceu. Um tempo considerável, tanto que não conheci meu bisavô. Como consequência as lembranças dele foram se apagando para uma fila de gerações que passou a achar que nunca tinha sido diferente. A presença de uma figura familiar matriarcal forte e de importância acabou por batizar a residência como a Casa da Vó Nanhá. Era a referência central, o provedor do equilíbrio e ponto de convergência para este ramo da família Caputo.

O casal Sapecado e Nanhá do Sapecado gerou uma descendência numerosa: Rafael, Inácio, Preste, Felício, Irene, Geralda, Romilda, Anita, Lili e Mariinha, filhos aleatoriamente apresentados e todos já falecidos. Contribuíram em vida para avolumar os anedotários sobre si mesmos e também aumentar a lista de causos familiares sobre alegrias e tristezas. Enfim, para o bem e para o mal, a mística de ser Caputo.

Para exemplificar este tópico sobre a reputação dos irmãos podemos escolher a Tia Lili, esposa do Tio Zé da Aguada. Com sua vida muito discreta ela deveria estar imune a este tipo de coisa, mas sempre resta algo. Tio Zé declarava ser Deus por escutá-la todos os dias dizendo na oração antes de dormir: “- Com Deus me deito e com Deus me levanto...”. E não sendo suficiente ampliava dizendo ser cunhado de Jesus Cristo sendo ela Filha de Maria.

Sempre que se fala da história da casa da Vó Nanhá é impossível não haver referências à Tonha da Zuina. Uma informação rápida e desatenta diria simplesmente que ela foi uma empregada da casa. Mas não é assim e só isso. Era uma pessoa gentil, tranquila e cuidadora. Chegou a dormir nesta casa por algum tempo cuidando dos moradores. Pelo trabalho, zelo e atenção que ela dispensou à casa, aos proprietários e a todos nós frequentadores deve-se elevar o nível de consideração destinado a ela, reflexo do que só o agradecimento regido por uma memória feliz pode proporcionar.

Sendo bisneto mais velho, neto do Preste, sentia que meus primos de primeiro grau ainda eram criaturinhas muito novas, sem apelo para afinidades, companheirismos e cumplicidade. Assim, um caminho natural e mais interessante foi o de buscar convívio com os meus primos de segundo grau, mais velhos, na busca de mais um canal para se conhecer o mundo, as pessoas e as coisas. A casa da Vó Nanhá era um local predefinido, sem necessidade de agendamento, ideal para essa mecânica.

A primeira coisa que eu fazia ao chegar a casa, passando pelo alpendre e dois corredores curtos em forma de “L” era cumprimentar a Vó Nanhá. Parado na porta do quarto ou próximo à cama, seu cantinho continuo por tanto tempo, dizia alongando o final para chamar a atenção: “- Ei vô...”. Não fui criado no costume de pedir benção. Não se importando com o fato de que a benção foi pedida ou não, de forma consistente ela sempre retornava a mesma resposta: “- Bençoe...”, grande redução de “Deus te abençoe”. Em seguida completava: “- O fio (filho), vai na(sic) cozinha tomar

café com broinha de trigo”. Esta quitanda chegou a ser a minha preferida por uns tempos.

A cozinha da casa na realidade funcionava como um restaurante, sendo um ponto de encontro menor dentro de um ponto de encontro maior, visado por familiares, amigos, visitas e agregados. Local onde sempre era possível encontrar companheiros para longas conversas. Era até um programa social, que se escolhe como destino para ir às noites de fim de semana. O número de pessoas que lá almoçavam ou jantavam era notável. Servia como índice numérico diário para avaliação da magnitude de movimento. Havia sempre café pronto e as quitandas pertinho e acessíveis em latas, na despensa ao lado.

Se no dia a dia era este era o panorama, nas datas festivas, almoços quase sempre, o ambiente era caótico. Não havia mesa posta formalmente e as pessoas se serviam e procuravam um lugar para ficar, muitas vezes com o prato na mão. Um fluxo de gente agitada trombando em vários sentidos e gerando um vozerio poderoso que bloqueava qualquer entendimento. Uma verdadeira bagunça. Com certa ingenuidade ou buscando um conforto despretensioso de origem dizia-se que o motivo era sermos descendentes de italianos. É verdade, mas não sei se os italianos seriam benevolentes com esta comparação, principalmente depois de perceberem como é a nossa macarronada familiar das pessoas simples.

Enquanto teve alguma mobilidade e independência de movimentos era interessante ver a Vó Nanhá se locomover pela casa, se amparando em paredes, portais, maçanetas, cadeiras e mesas, sussurrando dificuldades e pedindo ajuda a qualquer passante. Dizer isso é uma maldade, mas sempre houve uma boa dúvida sobre o quanto era autêntica a dificuldade por ela demonstrada na sua condição frágil de velhinha sem forças. Se realmente era extremamente difícil ou se o motivo era chamar a atenção para si mesma como uma pessoa “momada” ou mimada. Eu sinceramente não sei e posso até acreditar que ambas as coisas podem ser verdadeiras.

Esta casa acolheu pessoas em situações em que o auxílio era necessário para vencer uma dificuldade ou até achar outro caminho: filha viúva, neto momentaneamente sem destino, e quem mais realmente precisasse, mas isso não contou pontos para influenciar o futuro da casa, do imóvel.

Como um script ruim que se repete constantemente sem dar chances às inovações as casas antigas estão na maioria das vezes fadadas a perder o sentido depois do falecimento do último morador. No caso, depois da morte da Tia Irene Caputo em 1998 a casa já vazia foi vendida à família da Naide e do Zé da Inhá. Reformaram o imóvel na medida para abrigar uma grande padaria, que viria a substituir outra, pequena, que possuíam no passeio oposto, quase em frente.

Do outro lado da rua, um pouco mais a frente na direção do cinema, havia um muro desses de fechamento frontal de terrenos, no limiar do passeio. Seria um muro corriqueiro, sem destaques e sem charme. Mas ele se distinguia por dois principais motivos. Durante muitos anos sobre a sua pintura permaneceu esquecida uma propaganda estampada em letras curvas: “Sabonete Ibê, beleza para você!”. Perseguiu-nos durante muito tempo com a sua rima forçada e meio boboca, e até hoje pode ser uma lembrança eventual que faz rir. E se isso não fosse suficiente e importante, há o caso de alguém que embriagado, voltando tarde da noite para casa, desferiu um soco no muro com a justificativa de que este estava rindo para ele, ou rindo dele! Se um muro tem a capacidade de rir de um bêbado pode ser possível que ele observe e vigie o mundo em sua volta. Seja testemunha ocular. Esse muro também já não existe mais, sendo demolido e dando lugar a outras construções. Entretanto, no Mundo Perdido da Casa da Vó Nanhá ele poderá ser encontrado, vigiando a rua, provocando os bêbados, observando a casa da forma como nós a conhecemos.



A Casa da Vó Nanhá – Arquivo pessoal

Fabio Antônio Caputo,
Engenheiro civil aposentado e bisneto

SESMEIROS DA REGIÃO

JOSÉ JORGE DA SILVA

Um dos mais importantes sesmeiros de nossa região (Paragem do Rio do Peixe) nos meados do século XVIII, José Jorge da Silva era casado com Mariana Páscoa da Fonseca e os filhos quase todos batizados e/ou casados na capela de São Tiago. Há indícios que seja natural da região de Barbacena. Foi ele, juntamente com Manoel Coelho dos Santos, um dos avaliadores dos bens de Dionísio da Silva, casado com D^a Rosa de Oliveira Lima, residentes em Ibituruna, estando, para tanto, presentes (os avaliadores) na abertura do inventário aos 02-08-1767 no “sitio chamado Ibituruna, freguesia de São José” (Projeto Compartilhar – Rosa de Oliveira Lima). Nomeado 3º testamenteiro do Cap. Luiz Cardoso Osório, proprietário da Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe, de quem era compadre e consolidada amizade familiar (Sobre o Cap. Luiz Cardoso Osório ver matéria em nosso boletim nº CL - março/2020).



Filhos do casal José Jorge da Silva e Mariana Páscoa da Fonseca, segundo pudemos apurar:

- I – Maria Antonia da Silva - casou aos 23-11-1774 na capela de São Tiago com Gonçalo da Costa Afonso, 28 anos em 1770, filho de Domingos da Costa Afonso e Maria de Almeida e Silva. Em 1783, Gonçalo passou uma procuração na Fazenda Capão Grosso para ser representado no inventário de seu pai, nomeando para tal os procuradores Bento José de Faria e Francisco Joaquim da Graça (Sobre o sesmeiro Domingos da Costa Afonso ver matéria em nosso Boletim nº CV - junho/2016).

- II – Inácia Quitéria, batizada aos 19-08-1764 na capela de São Tiago Maior e Santana.

- III – Antonio Jorge da Silva – casou aos 02-02-1796 na ermida do Cel. Severino Ribeiro (freguesia de Prados) com Teresa Joaquina de Jesus, filha de José Francisco de Andrade e Ana Maria de Jesus. Filhos do casal Antonio Jorge da Silva e Teresa Joaquina de Jesus:

1. Ana, batizada aos 31-01-1797 na capela de São Tiago; 2. José, batizado aos 26-06-1798 na capela de São Tiago; 3. Maria, batizada aos 16-02-1800 na capela de São Tiago; 4. Joaquim, batizado aos 18-11-1801.

- IV – Manoel Jorge da Silva – batizado aos 21-09-1767; casado com Francisca Clara do Espírito Santo. Foram moradores em Bom Sucesso.

- V – Rita Custódia da Silva – casou na capela de São Tiago aos 02-03-1791 com Manoel Rodrigues Barreiros, natural de Borda do Campo (Barbacena), filho de Antonio Rodrigues Pires e Teresa Maria de Jesus, sendo testemunhas Antonio Jorge da Silva e Gonçalo da Costa Afonso. Foram moradores em Bom Sucesso.

- VI – Joaquina Maria da Silva – casou aos 23-05-1785 na capela de São Tiago Maior e Santana, com Tomás da Costa Pamplona, natural e batizado em Passatempo aos 27-08-1764, filho de Tomás da Costa Pamplona e Maria da Silva. Foram moradores em São João Batista (Morro do Ferro). Enviuvando-se, D^a Joaquina mudou-se para Perdões, onde testou em 1836, falecendo provavelmente em 1840, ano da abertura do testamento/inventário).

- VII – Feliciano Clara da Silva – batizada aos 04-11-1771 na capela de São Tiago, sendo padrinhos o Cap. Luiz Cardoso Osório e sua filha Feliciano, solteira. Casou aos 02-03-1791 com Caetano Homem Borges.

- VIII – Inácia Inocência da Silva – casou aos 29-09-1789, na matriz de São João Del-Rei, com José Antonio da Silva, natural de Prados, filho de Francisco Antonio da Silva Leitão e Ana Maria Correa. Tinham propriedades em Oliveira, sendo, ademais, importantes moradores em Catalão (GO), então comarca da vila de Paracatu.

“Uma família Antonio da Silva presente no Catalão, no século 19, foi a do casal José Antonio da Silva e s/m Inácia Inocência. Inácia era filha de José Jorge da Silva e de Mariana Páscoa da Fonseca e José Antonio, filho de Francisco Antonio Leitão e Ana Maria Correa. Emiliana era irmã da sogra de José da Silva Campos. José Antonio e Inácia foram pais também de José Junior e de Jacinto Antonio da Silva c/c Frutuosa Ribeiro de São Francisco, filha de José Ribeiro da Silva e Ana Joaquina dos Anjos, nm de Maria Antonia e Matias Francisco de Vargas” (Marcial Campos Teixeira – “José Antonio da Silva e Theodora Maria do Sacramento – Historiografia para Catalão” <https://historiografiaparacatalao.blogspot.com/2015/11/jose-antonio-da-silva-e-theodora-m-do.html> acesso em 13/01/2020).

Filhos do casal Inácia Inocência e José Antonio da Silva, todos batizados na capela de Oliveira: 1. José, batizado aos 19-07-1790; 2. Joaquim, batizado aos 20-07-1791, sendo padrinho Gonçalo da Costa Afonso; 3. Justa, batizada aos 25-07-1792; 4. Manoel, batizado aos 23-02-1794; 5. Mariana, batizada aos 25-03-1795; 6. Jacinto Antonio da Silva, batizado aos 20-04-1796; casou aos 20-06-1821 com Frutuosa Ribeiro de São Francisco, filha do Alf. José Ribeiro da Silva e Ana Joaquina dos Anjos (família “Matias Francisco de Vargas”). Jacinto foi sepultado na capela de São João Batista aos 15-08-1821; 7. Antonio, batizado aos 09-08-1797; 8. Ana, batizada aos 12-12-1798; 9. Luiz, batizado aos 30-08-1801; 10. Rita, batizada aos 20-05-1804. (Projeto Compartilhar – Francisco Antonio Leitão, pesquisadora Bartyra Sette).

- IX – Francisco – batizado aos 12-12-1779 na capela de São Tiago.

- X – Joaquim, gêmeo de Francisco – batizado igualmente aos 12-12-1779 na capela de São Tiago.

- XI – Mariana Rosa da Silva – casou na capela de São Tiago aos 16-04-1798 com Antonio José da Silva, natural de Prados, filho de Francisco Antonio Leitão e Ana Maria Correa.

Filhos do casal Mariana Rosa e Antonio José da Silva, todos batizados na capela de Oliveira: 1. Maria, batizada aos 31-07-1800; 2. Antonio, batizado aos 08-06-1802 (provavelmente falecido em tenra idade); 3. Antonio, batizado aos 25-06-1804; 4. Ana, batizada aos 03-07-1808 (Projeto Compartilhar – Francisco Antonio Leitão; pesquisadora Bartyra Sette).

- XII – José Jorge da Silva casado com Quitéria Tomásia de Jesus. Filhos do casal: 1. Adriana, batizada aos 25-07-1791 na capela de São Tiago; 2. Maria, batizada aos 11-03-1794 na capela de São Tiago – padrinhos Pedro Cardoso Osório e Maria Rosa; 3. Felicia, batizada aos 25-07-1796 na capela de São Tiago – padrinho João Cardoso Osório; 4. Ana, batizada aos 22-11-1798 na capela de São

Tiago; 5. Modesto, batizado aos 20-07-1801 na capela de São Tiago – padrinhos Antonio Costa Silva e Floriania Eufrásia da Silva.

D^a Mariana Páscoa da Fonseca e filhos, herdeiros de José Jorge da Silva, viram-se envolvidos em rumorosa contenda – ano 1794 – com o Alferes Domingos Gonçalves Lopes por questões de divergência de divisas e posse de terras (limites de confinamento) entre o ribeirão da Cachoeira e o rio do Peixe, gerando complexo processo judicial. O Alferes Domingos Gonçalves Lopes, poderoso latifundiário, era residente na capela da Lage (fogo 31 – Fonte: Rol dos Confessados 1795) e ligado a troncos familiares da elite proprietária de terras e escravos no distrito da Lage (Resende Costa), porquanto casado com D^a Genoveva Bernarda Lara, família “Pinto Góes e Lara”.

Nesse processo, ao que se deduz, seriam/estariam envolvidos diretamente familiares de Pe. Francisco Rodrigues Pacheco, então capelão da aplicação de São Tiago (A família Ferreira Pacheco era, então, numerosa e relativamente poderosa na região).

(Fonte: Carlos de Oliveira Malaquias – “Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes c.1790-c.1844” Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2014, pp. 85/86 e 251).

O Alferes Domingos Gonçalves Lopes era proprietário de 21 escravos no distrito da Lage. A propriedade contava, contudo, 35 escravos no total, sendo cinco deles pertencentes à matriarca Joana de Almeida Góis e 9 pertencentes à D^a Ana de Proença, irmã de D^a Genoveva de Lara.

1797 – Requerimento do Alferes Domingos Gonçalves Lopes referente a carta de sesmaria no Rio do Peixe, termo da vila de São José, tendo como confrontantes João Pinto de Góes e João Cardoso Osório, com despacho pelo governador Luis Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena (APM – notação antiga SG.Cx 158, doc. 21 – notação atual SG-Cx.32, doc. 15).

27-04-1797 – Requerimento de Dona Genoveva de Lara referente a carta de sesmaria no Rio do Peixe, termo da vila de São José (SG.Cx 32, doc.16).

Na obra “Entre batismos, testamentos e cartas – as alforrias e as dinâmicas de mestiçagem em São João Del-Rei c.1750-c.1850” autoria de Cristiano Lima da Silva – BH, UFMG, 2017, encontramos

os seguintes apontamentos (tópico “Alforria de escravos em testamentos” Anexo 7):

- Antonio Jorge da Silva – 1791 Cx. 106 e 1792.
- André Jorge da Silva – 1779 Cx. 282.

Encontrada ainda referência ao Pe. Francisco Jorge da Silva, que foi padrinho de batismo de Manoel Carneiro Bastos, aos 27-09-1747, na capela de São Gonçalo de Ibituruna (Projeto Compartilhar – Família Vieira da Maia).

JOAQUIM DA SILVA TAVARES

Sesmeiro e Magistrado

O Dr. Joaquim da Silva Tavares, magistrado e sesmeiro, foi proprietário da Fazenda da Barra, aplicação da capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra e ainda da fazenda denominada Rio do Peixe em São Tiago⁽¹⁾ e casa térrea no Largo do Rosário em São João Del-Rei. Era natural da freguesia de São João Del-Rei, onde foi batizado aos 19-07-1745, filho de Manoel da Silva Vila Frias⁽²⁾ e D^a Joana Francisca Tavares. Casado aos 07-02-1780 com D^a Luzia Perpétua de Moura⁽³⁾, cerimônia realizada na Ermida da Agonia, fazenda “Ponte do Marinho” de propriedade dos pais da noiva, Manoel Marinho de Moura e Maria da Assunção Moraes, sendo celebrante o Pe. José da Silva Tavares e testemunhas o Pe. Francisco da Silva Tavares e Pe. Antonio Martins Saldanha⁽⁴⁾. O casal Joaquim da Silva Tavares/Luzia Perpétua de Moura teve os filhos:

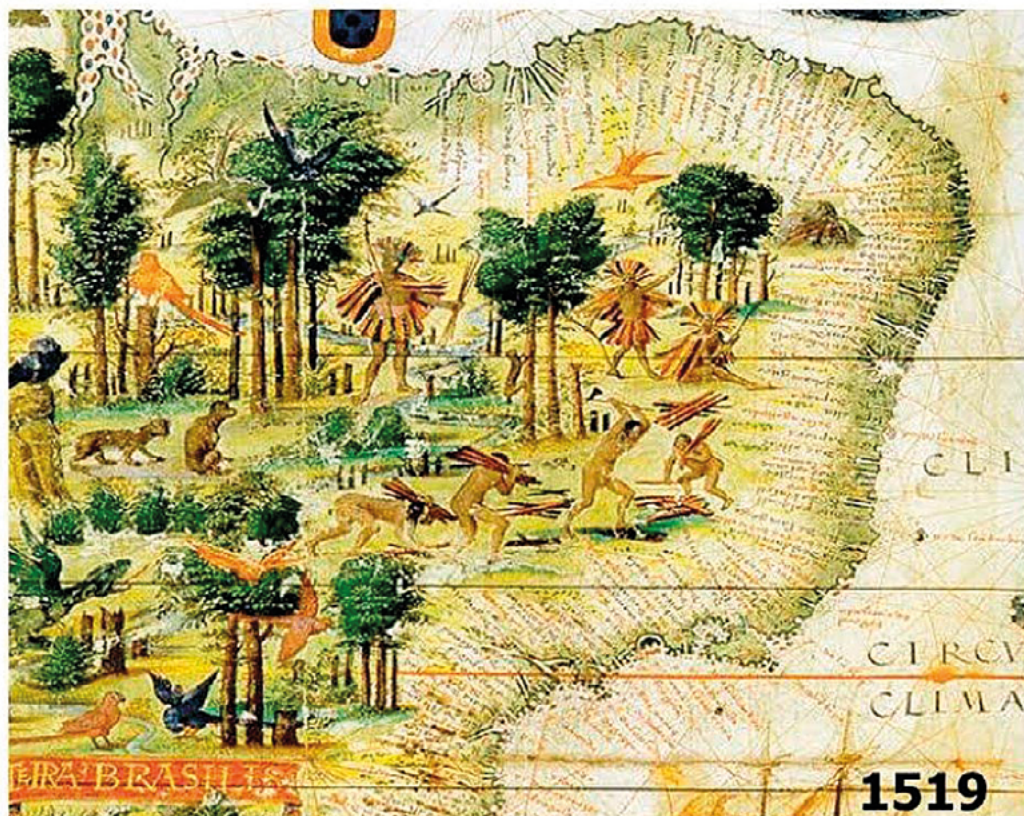
1. Josefa Joaquina da Silva Moura, batizada aos 30-03-1782 na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, matriz do Pilar/ São João Del-Rei. Casou-se aos 13-09-1802 com o Cap. Antonio José Teixeira, filho de Francisco José Teixeira e Ana Josefa de Souza, np de Belchior Gonçalves e Helena Teixeira e nm de André Martins Ferreira e Maria de Souza Monteiro. O Cap. Antonio José Teixeira era já falecido quando da meação de seu sogro (dezembro de 1808) (Família “Teixeira de Souza”).

2. José Antero, batizado aos 25-01-1781 na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. Já era falecido em 1808.

3. Cap. Joaquim Pio da Silva Tavares, batizado na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra aos 18-05-1784. Casou-se aos 10-02-1812 no Oratório do Cap. Custódio José Dias, aplicação de Nazareno com Maria Ignez da Silva, filha do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva (família “Ribeiro da Silva de São Gonçalo do Brumado”).

Inês Higina da Silva Tavares, filha do Cap. Joaquim Pio da Silva Tavares e Maria Ignês de Souza Magalhães (sic), casada com Gabriel Antonio da Silva Resende, proprietários da Fazenda Capivari, município de Caldas (Fonte: www.carmodacachoeira.net/2008/12/o-sesmeiro-josé-joaquim-gomes-branquinho.html, acesso aos 15/12/2020).

4. Umbelina Cândida da Silva, exposta na casa do Dr. Joaquim da Silva Tavares. Batizada aos 15-06-1801 na capela de Nossa Senhora



da Conceição da Barra. Casou aos 21-11-1831 na igreja de Nossa Senhora de Bom Sucesso com José Honorato Blanc, francês, filho de João Antonio Blanc e Maria Agata Honorata (Projeto Compartilhar – Maria da Assunção Moraes).

O dr. Joaquim da Silva Tavares era juiz executor das medições e demarcações de sesmarias do termo de São João Del-Rei, comarca do Rio das Mortes. Parece ter sido uma personalidade polêmica, como se deduz de alguns relatos. O historiador Francisco Eduardo Pinto em sua obra “Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes” (Niterói/RJ, UFF, 2010) faz inúmeras referências ao magistado e sesmeiro (Dr. Joaquim da Silva Tavares). A título de exemplo: “O doutor Joaquim da Silva Tavares, juiz de sesmarias, também era sesmeiro na região e envolveu-se numa disputa de terras contra Pedro Domingos de Carvalho na vila de São João Del-Rei em 1800. Autos da sesmaria do doutor Joaquim da Silva Tavares (apelado) e Pedro Domingos de Carvalho (apelante) 1800 AHET/IPHAN-MG/SJDR, caixa 34. Tavares foi juiz de sesmarias por diversos períodos. O senado da câmara de São João Del-Rei em 20 de agosto de 1785 fez o “registro de uma nominata de juiz das sesmarias para o Ilmo e Exmo Sr. General em que se lhe participava reconduzir a câmara desta vila ao doutor Joaquim da Silva Tavares no mesmo cargo para ele o prover” – Papéis da Câmara -PAP 150 (1784-1785) fl. 89 (op. cit. p. 207, nota no rodapé sob nº 464) grifos nossos.

Dr. Joaquim da Silva Tavares faleceu em 1808, inventário aberto aos 10-11-1808 na Fazenda da Barra e autos de partilha datados de 17-12-1808. Bens de raiz:

- Fazenda da Barra, provavelmente herdada do pai, com casas de vivenda, paiol, dois engenhos, moinho tudo coberto de telha, com duas pontes no Rio das Mortes e no Rio do Peixe, termas minerais constantes, divisas com terras do Cap. Bernardo José Gomes Carneiro, herdeiros do Pe. Francisco Xavier de Moura, de D^a Ana Josefa de Souza e “com quem mais deva e haja de partir” – 4:000\$000.
- Sítio denominado “Rio do Peixe” na aplicação de São Tiago, com casas de vivenda, tudo coberto de telhas, com suas terras de cultura e campos, em divisas com a fazenda do Pe. José Manoel da Rosa e com terras do falecido Manoel José de Barros “e com quem mais haja de partir” – 1:242\$000.
- Morada de casas térreas, cobertas de telha, no Largo do Rosário

na vila de São João Del-Rei – 250\$000.

- Escravos.
- Proprietário ainda da Fazenda Retiro do Congo no distrito de São Miguel do Cajuru, conforme se deduz de processo de crime de morte ocorrido no local aos 22-03-1806 – acervo do MRSJDR - (<https://documenta.direito.ufmg.br/rol>brtacervo>, acesso em 15/06/2022).

Monte-mor 18:198\$641, cabendo 8:799\$320 à viúva e 3:313\$107 a cada um dos três herdeiros legítimos. À herdeira D^a Josefa Joaquina da Silva foi acrescido mais 600\$000, a título de dote.

22-04-1799 – Requerimento de Joaquim da Silva Tavares referente a carta de sesmaria na aplicação da Conceição, termo de São João Del-Rei (APM – SG Cx. 43, doc. 31).

O Dr. Joaquim da Silva Tavares e D. Luzia Perpétua de Moura foram padrinhos de batismo do Cap. Dâmaso Pereira de Mello, filho do Sargento Mor José Alz Pereira e D. Genoveva Ribeiro da Silva aos .../.../1798 na capela de São Tiago (Projeto Compartilhar – Rosa de Oliveira e Lima).

Padrinhos ainda de casamento de Pocidônia, filha do Alferes Marcos de Souza Magalhães e D. Ana Josefa da Silva, c/c Flavio Antonio Martins Ferreira na igreja de São Gonçalo de Ibituruna aos 21-03-1797 (Projeto Compartilhar – Mariana de Almeida e Silva).



NOTAS

(1) Segundo a oralidade, as terras ou propriedades denominadas Cachoeira da Soledade, estendendo-se até o local “Morro Vermelho” no município de São Tiago, teriam pertencido outrora a um “juiz” (quem sabe o citado Dr. Joaquim da Silva Tavares).

O sítio do Rio do Peixe, situado no município de São Tiago, de propriedade do Dr. Joaquim da Silva Tavares tinha como confrontantes as propriedades do Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro (Fazenda das Gamelas) e de Manoel José de Barros, falecido aos 28-10-1793 (Fazenda da Sesmaria).

Sobre Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro ver matérias em nosso boletim nº CXXVII - abril/2018 e nº CLXI - fevereiro/2021.

(2) O Cap. Manuel da Silva Vila Frias foi contemplado com a concessão de sesmaria em nossa região – despacho de 08/06/1747 do governo colonial.

#Requerimento de Manuel da Silva Vila Frias solicitando a D. João V a mercê de lhe confirmar a doação de meia légua de terras em quadra no sítio chamado Conceição da Barra – Código de referência PT/AHU/CV/011/0055/04654 – AHU/MG Cx. 55, Doc. 64.

Carta de doação em sesmaria passada por Gomes Freire de Andrade, governador e capitão geral de Minas, concedendo um terreno na Conceição da Barra a Manuel da Silva Vila Frias – Cód. Referência – PT/AHU/CV/011/0050/04174 – Data 08/06/1747 – AHU/MG Cx. 50, doc. 32.

(3) D^a Luzia Perpétua de Moura, nascida em 1754, com 9 anos em 1763, era filha de Manoel Marinho de Moura e Maria da Assunção de Moraes (+ 12-02-1763). Seu pai, Manoel Marinho de Moura era natural de Santa Maria de Trinqueira, termo da vila de Amarante, arcebispado de Braga, filho de Antonio Alves da Costa e Izabel de Moura Marinho. Fami-

lia proprietária da fazenda “Ponte do Marinho” na ponte do Rio Grande.

(4) D^a Maria da Assunção Moraes casou duas vezes. Em primeiras nupcias com Lourenço Correa Sardinha, natural da freguesia de Fajã da Orelha, Ilha da Madeira, filho de Pedro Correa e Isabel Sardinha. Foram proprietários do Sítio Jacaré, nas margens do Rio Grande, onde Lourenço faleceu aos 22-06-1747. Filhos do casal:

1. Florentino, batizado aos 30-06-1738 (SJDR-Matriz do Pilar, Livro I)
2. Não compareceu ao inventário paterno;
3. Romão com idade entre 7 e 8 anos em 1747. Sua mãe encomendou missas por sua alma.;
4. Ana Maria do Rosário;
5. Margarida de Jesus Correa;
6. Escolástica Maria de Jesus Moraes;
7. Catarina Vitória da Assunção.

Enviuvando-se, com a idade aproximada de 26 anos, D^a Maria da Assunção casou, em 2^{as} nupcias, com Manoel Marinho de Moura, natural de Santa Maria da Trinqueira, termo da vila de Amarante, arcebispado de Braga, filho de Antonio Alves da Costa e Izabel de Moura Marinho. Casal proprietário do Sítio do Marinho, que pelas confrontações e características, é o mesmo Sítio Jacaré, de propriedade do primeiro marido (Lourenço Correa Sardinha) D^a Maria da Assunção faleceu com testamento datado de 12-02-1763.

Filhos do 2º matrimônio de D. Maria da Assunção: 2.1. Antonio; 2.2. Luzia Perpétua de Moura; 2.3. Cap. Manoel Antonio de Araujo com 7 anos (1763); 2.4. Josefa Joaquina de Moura com 4 anos (1763) Falecida aos 26-05-1849; 2.5. Maria, batizada aos 08-03-1751 na capela de Nossa Senhora da Piedade (Projeto Compartilhar – Maria da Assunção Moraes).



MILITARISMO E JUDICIALISMO

“Tempos de crise despertam o lado mais sombrio das pessoas” (Boris Fausto, historiador)

Pesquisadores contemporâneos conceituados como o Prof. Christian Lynch (UERJ) e Prof. Wallace da Silva Mello (UFENF) vem se debruçando sobre o intervencionismo militar ao longo da história brasileira ou seja a temática do autoritarismo, positivismo, conservadorismo que, de há muito, nos acompanha visceralmente. Segundo os estudiosos, há uma luta entre militares e o judiciário pela herança do antigo Poder Moderador Imperial, balançando nós entre manifestações e ações de um lado autoritário, militarista; de outro, judicialista, normativista, ativista. Ambos, contudo, poderes privilegiados e autounidos com o objetivo indêbito de tutelar a República e toda a sociedade. Aproveitam-se da omissão e leniência da sociedade ante os interesses maiores da Nação!

Para o Prof. Wallace Mello, três fatores – “matrizes do pensamento social e político brasileiro” – contribuíram para o crônico intervencionismo militar no Brasil – 1º - o positivismo político filosófico e jacobista, oriundo das ideias de Benjamin Constant e Lauro Sodré de superioridade cívica dos militares (pensamentos estes ligados à proclamação da República e o ao golpe de 1889); 2º - o autoritarismo das décadas de 1920-1940, incluindo o Tenentismo, a Revolta de 1922, os golpes de 1930 e do Estado Novo (1937); 3º - o pensamento culturalista conservador, pedagogista de vários e influentes autores como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, além de escritores como José de Alencar. Pensadores, em especial Oliveira Vianna, que subestimam as elites e propugnam uma condição de vanguarda nacional para os militares. Acresça-se a isso a fobia contra o comunismo e a corrupção, levando setores militares a se envolverem ostensivamente com a política e a predominância do poder.⁽¹⁾

Vários pensadores pátrios abordam igualmente a temática. Sérgio Buarque de Hollanda em “Raízes do Brasil” (1936) trata a passionalidade e passividade do povo brasileiro, permitindo, destarte, que elites estabeleçam o reinado da vontade

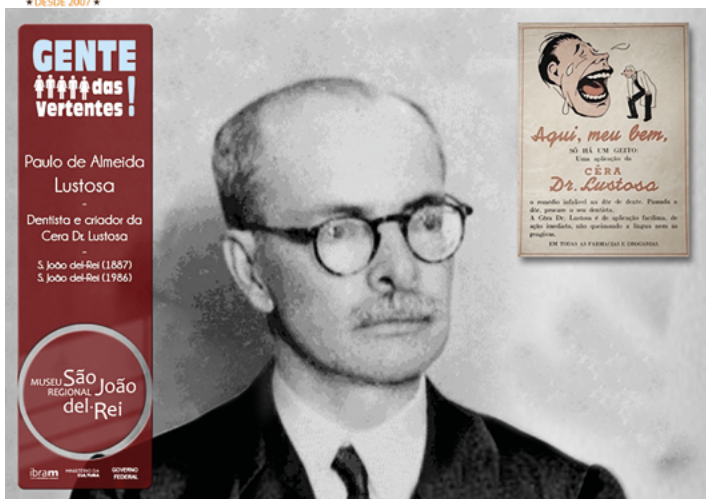
no contexto público, provocando sérios entraves à racionalidade e normalidade jurídico-institucional no País. Para Florestan Fernandes, o burguesismo – que preconizava a consolidação de uma ordem social competitiva – não conseguiu romper a dominação senhorial. Assim, a modernização capitalista brasileira manteve toda a estrutura do poder político autocrático, colonialista, enraizando-se de vez o autoritarismo, o populismo, o patrimonialismo e a privilegiatura de classes entre nós. Nossas instituições são dominadas por um caráter discriminatório e estamental, a serviço de grupos discricionários e alienadores, a exemplo do corporativismo militar, judicial, parlamentar e dos mais altos segmentos do sistema público (veja-se a descomunal gama de privilégios dos altos funcionários públicos!). O máximo para si, que as gerações do presente e do futuro se virem ou se danem!... A “hierarquia argentária” no dizer do pensador Alberto Torres. Uma continuidade da exploração predatória colonial por parte das forças reacionárias, sumamente conservadoras e retrógradas “sem corretivos reparadores, sem piedade para com o futuro, sem atenção para os direitos dos pósteros” (Alberto Torres, obra “A Organização nacional” UNB, 1982, p. 96).

NOTAS

(1) O tema do autoritarismo no Brasil é tratado exaustivamente por diversos pensadores nacionais e estrangeiros, a exemplo de Bóris Fausto (“O pensamento nacionalista autoritário”); Florestan Fernandes (“A Revolução burguesa no Brasil”); Raymundo Faoro (“Os donos do poder”); J.P. Netto (“Pequena história da ditadura brasileira”); Eric Hobsbawm (“A era dos extremos – o breve século XX”).

Quanto ao tema ou estigma da corrupção encontramos seu escopo, inícios do século XX, no pensamento de Francisco Campos (1891-1968) – obras “Atualidade de D. Quixote”, “O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico”.

Precisamos ler, compreender, adquirir consciência histórica, cívico-patriótica e desenvolvimentista!



Doutor Paulo de Almeida Lustosa

A CERA DR. LUSTOSA

Nascido em 12 de outubro de 1887, o ortodontista são-joanen- se Paulo de Almeida Lustosa, mais conhecido como Doutor Lusto- sa, é a mente por trás da icônica cera analgésica que leva seu so- brenome. Sendo o caçula de doze filhos do advogado João Batista Pimentel Lustosa e Delfina Eugênia de Almeida Lustosa, Paulo se tornou nacionalmente conhecido pela sua criação.

Antes, o irmão mais velho, Carlos de Almeida Lustosa (também conhecido nacionalmente por ser pioneiro da ortodontia no Bra- sil), exerceu influência para que Paulo seguisse o mesmo caminho. Doutor Lustosa formou-se cirurgião-dentista na Faculdade de Me- dicina do Rio de Janeiro, em 06 de maio de 1906. Depois, ainda no

Rio, trabalhou ao lado do irmão Carlos por cerca de 3 anos até que, esse último, faleceu num trágico acidente envolvendo um bonde, no Largo do Glória.

Em consequência desse episódio, o Doutor Lustosa decide voltar para São João del-Rei e exercer sua profissão na região, inclusive visitando pacientes a cavalo com uma espécie de consultório por- tátil, devido às dificuldades da época e as grandes distâncias entre as moradias sertanejas.

Sensibilizado pelo sofrimento do povo e também inclinado a ajudá-lo da melhor forma possível, o dentista buscou desenvolver um medicamento que aliviasse a dor de dente, mas que fosse dife- rente dos medicamentos até então existentes (líquidos e que quei- mavam a boca pela base de arsênico). A partir disso, tornou-se es- tudioso, cientista e pesquisador até chegar na fórmula final de sua invenção, tendo a cera de abelha como base ideal para o analgésico.

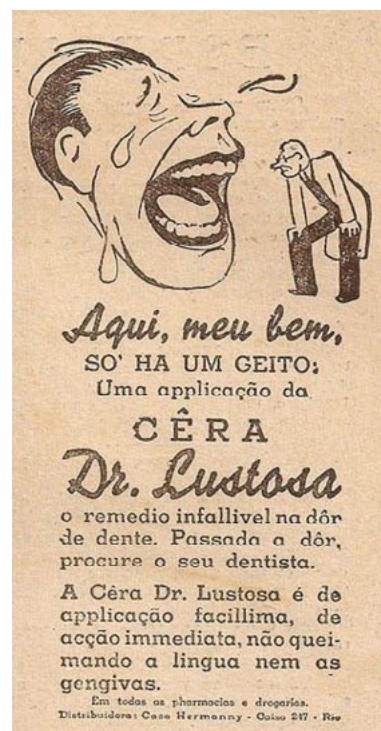
O sobrado conhecido hoje como "Solar dos Lustosa", no Largo do Rosário, pertenceu aos avós maternos do dentista e foi onde ele viveu com sua família e abriu seu consultório. Em 1986, Dr. Paulo de Almeida Lustosa faleceu aos 99 anos de idade. A famosa Cera Dr. Lustosa foi comercializada até 2009, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deixou de renovar a concessão do produto e vetou sua comercialização. Em 2013, Conselho Municip- al de Preservação do Patrimônio de São João del-Rei entrou com processo de tombamento do Laboratório Lustosa, para ser preser- vado como parte do patrimônio da cidade.

Por João Victor Militani

Cêra Dr. Lustosa - Anos 20
Dalmir Reis Jr. anos 20,
impresso, medicina

Bem antes da prolifera- ção de planos odontológicos e analgésicos acessíveis, mui- tos brasileiros de baixa ren- da recorriam à Cêra Dr. Lus- tosa para aliviar as dores de dente. O produto foi criado no início da década de 1920 pelo dentista Paulo de Almei- da Lustosa.

A ideia ocorreu ao doutor durante visitas a comunida- des carentes nos arredores de sua cidade natal, São João del-Rei (MG). Depois de mui- ta pesquisa, chegou a um me- dicamento pastoso à base de lidocaína, cera virgem de abe- lha, óleo de cravo e ácido fê- nico (bactericida).



Memórias

VELHOS TEMPOS, BELOS DIAS NA ESCOLA AFONSO PENA

A educação sempre passou por várias mudanças desde os primórdios. Na época de nossos avós, não existia escola, eles aprendiam com seus pais o básico para a vida. Já na época de nossos pais, com esta dificuldade de não haver escolas, as famílias traziam para seus lares professores leigos e a eles eram entregues seus filhos com a missão de ensiná-los a ler, escrever e contar.

Na minha geração, após 1950, já existia o Grupo Escolar em São Tiago com as quatro séries iniciais do Curso Primário. Havia muitas escolas rurais com apenas as três séries do primário, onde no último ano os alunos vinham para a cidade para tirar o diploma da 4ª Série.



Nossa ida para escola era após completar sete anos. Não possuíamos nenhum saber ou habilidade escolar devido não existir a pré-escola.

O antigo grupo situa-se no mesmo local conservando o conjunto histórico da base inicial. Já passou por inúmeras reformas e melhorias afinal os tempos são outros e a escola recebe os alunos das demais escolas para finalizar a educação básica. É uma escola arejada, com janelas enormes e portas amplas, corredores de fácil acesso, demais instalações bem distribuídas, local estratégico.

No meu tempo, o mobiliário dos alunos era simples, carteiras para dois alunos, onde mesa e banco eram num único móvel, sendo no meio da mesa um buraco para colocar tinteiro e dos dois lados uma nervura para o apoio dos lápis e canetas. O quadro negro era enorme, ocupava quase toda a parede da frente, com suporte para giz branco e esporadicamente o colorido. A mesa da professora, em destaque sempre ao lado direito da sala facilitando recados e visitas pela porta e janela; em cima de um tablado para melhor visualização do ambiente escolar. Normalmente sobre a mesa, uma régua enorme de madeira, pilhas de cadernos dos alunos e o famoso livro de chamada que ocupava quase 50% da mesa grande devido à sua largura. Neste eram registrados os alunos em ordem alfabética, suas idades, filiação etc.

Diariamente usávamos vários cadernos para ditados, pontos de geografia e história, composições, cópias de tabuada, caligrafia, matérias diversas além do folheto de poesias, livro de leitura, catecismos e alguns dicionários. Nos cadernos vinham impressos o hino nacional e suas capas geralmente com ilustrações cívicas. O zelo de nossas professoras e mães eram constantes ao numerar as folhas para não serem arrancadas. Os cadernos no início eram de folhas escuras, tipo brochurão, capas moles, só depois que passaram a ter espiral, capas duras com ilustrações, estampas atraentes. Eram todos encapados com papel de embrulho passado a ferro de brasa, alguns papéis de presente e pouquíssimos plásticos, dado a escassez deste produto. No meu caso, usava papel de embrulho de tecidos já que era da casa de costureira. Nosso duxer era um plástico que vinha com botões colados e noutra ocasião, na falta deste usávamos o grude-goma de polvilho feito na frigideira, no fogão a lenha, supervisionada por um adulto para colar as capas.

Dos livros, boas lembranças: Os Três Porquinhos, Lili, Lalau e o lobo, Os Bichanos, cartilhas diversas.

O sonho de todo aluno era possuir uma sortida caixa de lápis de cor, mas tínhamos acesso somente àquela pequena, com seis lápis com as cores básicas. Apon-tar era raramente para não gastar... Empréstimo? Só para colegas cuidadosos...

Posteriormente vieram os lápis com duas cores divididos ao meio, aumentaram de tamanho, passaram de seis para 12, depois para 36. Apareceram as canetinhas hidrocor, giz de cera, pincel atômico etc. Os trabalhos de artes foram ganhando beleza e depois brilho com o famoso brocal.

Uniforme, sempre limpo e passado. Depois da aula a recomendação de pendurar a roupa no prego. O calçado era livre: chinelo Alpargatas, congas, tamanhos de madeira, sapato de plásticos e muitos alunos iam descalços.

A merenda que levava era bolos, biscoitos, pedaço de queijo, mandioca cozida, bolinho de chuva, capa de pastel, biscoito frito, de fubá e polvilho, pamonha, pão de queijo etc. E frutas da época: laranja, banana dentre outras. A merenda servida na escola era cobiçada, mas só tinha direito, alunos inscritos na Caixa Escolar: sopas de macarrão, arroz, fubá, canjiquinha. Arroz doce, mingau doce de fubá e de leite em pó.

A religiosidade e o civismo estavam presentes em quase todas as atividades escolares: nos hinos, nas poesias, nas orações, nos crucifixo nas salas, brindes de santinho, missas comemorativas, frequência ao catecismo, na Cruzada, na recitação do terço, comemorações de primeira Comunhão, Crisma, participação

em festas, missões, coroações, aniversários.

Na hora cívica diária há o hasteamento da bandeira com poesias, jogral, leitura de composição, semana da pátria com desfile, pelotões. O canto coletivo em posição de sentido fazíamos ao Hino Nacional Brasileiro, à Bandeira Nacional, além do Expedicionário, da Independência.

Nas matérias de geografia história, o uso e manuseio de grandes mapas, globo era comum para o estudo do relevo, cidades, capitais e países; além de outros aspectos. Na matemática para aprendizagem de horas, minutos, segundos era usado um relógio grande, quadrado com grandes ponteiros que havia na biblioteca. Sempre levados pelo Sr. José Ica e D. Rosália.

Após o 4º ano, depois de receber o diploma mais ou menos aos 11 anos, íamos fazer um ano de admissão para ingressar no Ginásio Santiaguense. Era usado um livro só, grosso parecendo Bíblia e tinha umas folhas ilustradas com gravuras de paisagens coloridas. Nós ficávamos em devaneio viajando pelo mundo através das imagens.

No ano de 1951 foi fundado o ginásio por iniciativa do Monsenhor Francisco Eloi e outros colaboradores. A cidade e o comércio bem mais evoluídos e a maioria dos estudantes conseguiram ingressar no estudo, com a colaboração de professores de São Tiago e de outros vindos de cidades vizinhas. Tudo foi se consolidando e mais tarde veio o Colégio Normal Santiaguense (1965), onde do magistério saíam excelentes professores que atuaram na cidade e região. Tínhamos prova oral, lembro-me na matéria Organização Social, professor Irimar Mendes com temas sorteados para exposição em sala.



Das boas lembranças...

Lembramos com carinho dos boletins com notas registradas em azul ou vermelho com assinatura obrigatória dos pais.

Folheto de poesia: conduzia-nos a beleza, a sensibilidade através dos poemas de Cecília Meireles, Castro Alves etc.

Caneta tinteiro ou de pena, super delicada, puxava tinha do vidro, a caligrafia ficava linda.

Mata-borrão: papel tipo filtro que absorvia o excesso de tinta no caderno. Borracha com pelo: parecia uma vassourinha adaptada a borracha por um risco de lata. Servia para limpar, varrer os pedacinhos de borracha que ficavam ao apagar a escrita.

Transferidor, esquadro, compasso: usado nas aulas de artes, era imprescindível estes materiais.

Lápis preto com borrachinha: vinham juntos, acoplados por uma latinha. Depois lápis fabricado com a estampa de uma tabuada. Ajudava muito nos exercícios de matemática quando tínhamos dúvidas.

Lancheiras de couro: lata com ilustração infantil.

Canecas de plástico: cada aluno tinha a sua, grande, com desenho, para tomar água.

Caderno de desenho: grande ou pequeno com folhas Claras. Era o máximo usá-los.

Estojo de madeira: sem ou com várias divisões, tampa flexível, era muito prático. Guardava-se tudo nele até gilete.

Primeiras esferográficas: pela praticidade e preço caiu logo no uso e gosto dos alunos. Anos depois canetas de quatro cores.

Caderno de folha quadriculada para desenhos específicos.

Caderno de caligrafia: para treino da letra, era aliado.

Livros ilustrados: as mais belas histórias, Os Bichanos, Chapeuzinho Vermelho, como como davam asas a nossa imaginação.

Cartolina: no início somente branca, usada em todos os trabalhos, depois mais tarde, vieram novas cores.

Papel de seda: muito usado em aula de artes.

Cola polar: desde muito tempo usada pelos estudantes.

Decalques: hoje com outro nome, os adesivos.

Mimeógrafo: provas e exercícios cheirando álcool. Quando a matriz dava errado recebíamos a atividade borrada.

Régua com tabuada: sempre consultada, especialmente nas provas.

E com estas lembranças, trabalhamos na educação hoje com outra realidade, outras expectativas, mas em todo o tempo tem sua magia.

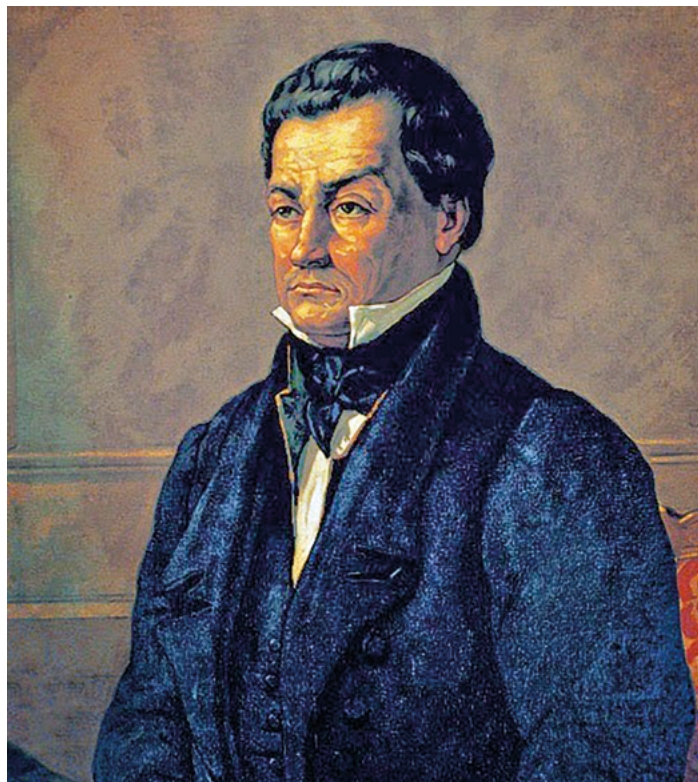
Maria Elena Caputo
Membro do IHGST

SACERDÓCIO NA SOCIEDADE COLONIAL-IMPERIAL – ECLESIÁSTICOS, FAZENDEIROS, ESCRAVISTAS, CONCUBINOS

A carreira eclesiástica foi, no período colonial-imperial, uma atividade ou profissão como qualquer outra. Tanto para os filhos da elite como para pobres, mulatos. É o que dizem historiadores e viajantes que escreveram sobre nosso País, os quais relatam condutas reprováveis de religiosos em considerável – senão em alarmante número⁽¹⁾. O sacerdócio atendia, então, a duas respostas ou expectativas sociais: o fortalecimento do status econômico-social familiar e uma forma de ascensão social para os estratos menos favorecidos da população.

As famílias ricas tinham, por hábito, encaminhar, pelo menos um dos filhos ao sacerdócio, o que não configurava vocação. Os objetivos, por vezes, atendiam interesses das elites de sobrevalorização econômica, política e social. Muitos sacerdotes da época envolviam-se sobejamente em atividades econômicas (comércio, fazendas, mineração, Direito, medicina, até agiotagem, contrabando), algo comum àqueles tempos e socialmente aceito, numa época em que a economia mineira, século XIX, achava-se revitalizada, essencialmente dinâmica.⁽²⁾ Vários sacerdotes mantinham vida conjugal, coabitando velada ou abertamente com concubinas, tornando-se pais de visível prole, o que, embora sendo uma transgressão do celibato, também era tolerado socialmente, em especial em localidades isoladas ou distantes das sedes dos bispados ou demais autoridades eclesiásticas.⁽³⁾ Um decreto de 1831 do Pe. Feijó, então ministro da Justiça, permitia o direito de herança aos filhos ilegítimos, caso os pais não tivessem filhos legítimos, o que permitiu a muitos padres, inclusive Feijó, reconhecerem seus filhos, nomeando-os herdeiros universais.

A família, de preferência com numerosa prole – naqueles tempos de expansão territorial (povoamento dos sertões) e transformação econômica, em especial após a abertura da Picada de Goiás – era fundamental à sociedade⁽⁴⁾. Daí, vários historiadores entenderem o concubinato clerical sob o prisma da realidade social, política, econômica, histórica e mesmo moral-religiosa da época. A interdição do matrimônio a clérigos e mesmo sua repressão aos leigos, a normatização da sexualidade pela Igreja (quando não sua execração e abominação) tornaram irreconciliáveis os inte-



Diogo Antônio Feijó, também conhecido como Regente Feijó ou Padre Feijó

resses e mesmo valores morais, institucionais e pessoais de muitos cidadãos, mormente sacerdotes.

Assim – embora o anátema da Igreja – as relações clericais, em termos de família constituída – eram públicas, muitas legalmente assumidas e socialmente aceitas. Estudos mais recentes e isentos comprovam que os relacionamentos conjugais clericais, em sua maioria, se conduziam pela estabilidade, o bom convívio familiar, a preocupação dos pais-padres quanto à sustentação material e cultural da prole, em nada se distanciando dos casamentos aprovados pela Igreja e/ou Estado. Mulheres e filhos de clérigos eram/foram reconhecidos, via testamentos, escrituras de perfilhação e outros documentos de fé pública. Muitos desses relacionamentos eram estáveis, longevos, outros efêmeros, contando, todavia, uma varie-



dade de filhos (há sacerdote da região que reconheceu 11 filhos!).

As relações sociais eram elásticas, heterogêneas, muitas vezes evadidas de paternalismo, ações caritativas e de salvação da alma estimuladas pela própria Igreja, embora vigentes sob o manto da estratificação, dos preconceitos de castas dominantes. Havia formas, dentro da cultura barroca mineira, de se afrouxar as fronteiras de poder e padrões dominantes, como a prática da caridade, reconciliação com desafetos, perdoar ofensas, daí a alforria de escravos, o reconhecimento de filhos ilegítimos etc. Brechas, aberturas que se

formaram, a partir dos distintos grupos sociais e culturais setecentistas, fracionando ou subvertendo os rigorosos princípios doutrinários e civis da época, que, em tese, reforçavam os preconceitos e discriminações. O pesquisador Marco Antonio Silveira exemplifica: “Assim, mesmo que um homem branco se negasse a inserir seu nome no assento de batismo da filha ilegítima tida de uma escrava, poderia alforriá-la no nascimento, festejá-la com os vizinhos, arranjar-lhe marido branco e reconhecê-la no testamento” (“O universo do indistinto”, p. 293).

NOTAS

(1) Saint Hilaire observou, perplexo: “O que se pode esperar de homens que se afastam tão ostensivamente dos preceitos religiosos que deviam seguir, sem falar em fatos mais escandalosos que prefiro silenciar?” (“Viagens às nascentes do São Francisco”. BH/SP, Itatiaia/EDUSP, 1974, pág. 80).

(2) As fazendas, em geral, passaram a direcionar, conforme a tendência do mercado, suas atividades para a produção estratégica de gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento interno. Com a economia estabilizada, a região de São João Del Rei tornou-se, entre nós, um grande polo de produção agropecuária e de atividades comerciais, voltado para o mercado interprovincial, incrementado após a chegada da família real no Rio de Janeiro (1808).

Os grandes fazendeiros e comerciantes ganhavam forte relevância social e política, em especial após a proclamação da Independência, mantendo, muitos deles, vínculos diretos de negócios com o Rio de Janeiro, incluindo relações sociais com a nobreza e a Corte. Com base no latifúndio e no escravagismo, a produção do campo forçou uma rede ou cadeia logístico-econômica, como armazenagem, transporte – daí o imenso número de cargueiros, tropas, oriundos das fazendas e arraiais rumo a São João Del-Rei e daí ao Rio de Janeiro (basta-nos ler os relatos de viajantes, de então). Em São Tiago, consultando-se as listas nominativas, meados do séc. XIX, observa-se que a maior força econômica eram os serviços de tropas, ocupando alta percentagem da população.

(3) Muito embora as exigências da Igreja na avaliação de candidatos ao sacerdócio – o processo *De Genere Vita et Moribus* – em especial nos quesitos de origem familiar, cor, existência ou não de patrimônio, comportamento social, sabe-se que muitos desses processos de seleção/habilitação eram fraudados, ou havia “vista grossa” ou os candidatos buscavam se ordenar em seminários menos rigorosos. Candidatos ainda que inabilitados (ex. filhos ilegítimos), quando oriundos de família ilustre ou rica, tinham seus processos manipulados, abonados por autoridades eclesiásticas (o “*De Genere*” excluía candidatos criptojudaios, índios, filhos bastardos).

A existência de padres “desviados” ou seja que descumpriam/trans-

grediam as regras da Igreja quanto ao celibato, era uma realidade dentro do clero e da sociedade de então. Centenas deles, em todo o País, mantinham concubinas, tinham filhos. Historiadores atribuem tal situação a fatores como: paróquias muito distantes entre si e às sedes dos bispados; o despreparo de muitos sacerdotes, com formação inadequada, dentro dos princípios romanos (tridentinos); o perfil moral da sociedade de onde provinham os candidatos ao sacerdócio, a secularização dos padres que viviam como “homens do mundo” ou “homens comuns”, envolvidos com a política, a vida pública, numa espécie de catolicismo laico, popular, tropical, específico ao Brasil, daí constituírem famílias, envolverem-se em negócios econômicos questionáveis. Não se consideravam eles subordinados diretamente a Roma, pois tinham que se autossustentar ou então serem mantidos pelo Erário Real.

(4) A exaustão das minas (crise ou decadência do ouro), as transformações daí advindas, o estabelecimento de novas atividades econômicas, ligadas à produção e comercialização agropastoril, provocaram alterações nos costumes, levando à revisão das escolhas familiares, incluindo a constituição de outros arranjos ou grupamentos (familiares). A população de então, em termos geográficos, torna-se deveras “volátil”, com muita mobilidade, em função dos serviços de tropas, comboios, ocupação dos sertões. O contexto “família”, dentro dessa nova realidade social e econômica, extrapola os aspectos da consanguinidade, da coabitabilidade e do poder patriarcal. Para autores conceituados como Feu de Carvalho, a família, que é a base da educação, não se achava presente ou estabelecida nos primeiros momentos da história da Capitania de Minas.

Estudos mais recentes apontam na sociedade colonial-imperial, arranjos e modelos familiares alternativos (concubinatos, mulheres solteiras como chefes de famílias, uma reprodução nos trópicos da desestruturação social do norte de Portugal, donde provieram o maior número de migrantes para o território das Minas). Assim, a família tradicional de então, sob o comando/nucleação de um chefe e como unidade integradora e transformadora político-social e mesmo religiosa, sofre ultimamente uma releitura, surgindo novas formas específicas de composição, com a perda do conceito clássico de sua homogeneidade e uniformidade relacional.

LEGITIMAÇÃO DE HERDEIROS

Percebe-se uma preocupação comum, por parte dos sacerdotes-pais, quando de seus testamentos ou ainda escrituras de perfilhação, no tocante à segurança legal dos filhos, havidos em concubinato ou amaziamento, nomeando-os como seus herdeiros universais. Uma forma inequívoca de legitimidade e reconhecimento da paternidade. Buscavam assim assegurar-lhes amparo material e mesmo legalidade e aceitação social.

Os testamentos de então, revelam modos de vida, visões do mundo, comportamentos, crenças, valores do indivíduo e mesmo da sociedade referenciada, bem como forma(s) de organização familiar, de salvação da alma, segundo os parâmetros católicos.

Os testamenteiros nomeados, por sua vez, eram pessoas do círculo pessoal e do convívio social do testador, de estrita confiança, com aptidão e condições morais e religiosas, desobrigando-se estes, a contento, das determinações a eles delegadas. Por vezes, a nomeação feita pelo testador era direcionada à própria concubina, sob o manto de alguém que lhe “prestou grandes serviços”. A preocupação dos testadores, obviamente com bens e filhos, percebe-se claramente, era no tocante à sobrevivência material da família e sua incorporação social.

Os testamentos, incluindo cláusulas de reconhecimento de filhos ilegítimos, eram, para muitos, em especial no séc. XVIII, uma fór-

mula de catarse, de reconhecimento e revelação de segredos e/ou “pecados”, então desconhecidos, no afã de mitigar erros terrenos e preparar-se para o acerto de contas com Deus. Alguns testadores, no caso de sacerdotes, reconhecendo filhos e mesmo concubinas – ainda que sob o repúdio da lei e da Igreja – faziam-no em estado de plena sanidade física e mental e indicavam uma relação de proximidade e consolidação familiar.

Os filhos, muitas vezes, eram iniciados nas atividades agropastoris, mercantis ou artesanais pelos próprios pais-padres, prosseguindo nessas mesmas profissões, geralmente de cunho familiar, quando adultos. Muitos recebiam robusta educação (ler, escrever, contar), bem como formação social, moral, profissional, religiosa e encaminhados para bons casamentos, particularmente as filhas.

Embora, sob o manto e a pecha da ilegitimidade (sem sustentação jurídica), as famílias clericais, além de aceitas socialmente, mantinham grande compartilhamento e influência no meio político, econômico e social da época. As mulheres, depreciativamente denominadas amásias, concubinas, amancebadas, aparecem nos testamentos de muitos padres como “tutoras” respeitadas, com a responsabilidade de tratar, educar, zelar pelos filhos. Os padres, por sua vez, tinham poderosas armas para se aproximarem e daí se envolverem com mulheres, dentre elas o poder devocional da religião

e a confiança quase cega neles depositada pelas famílias. Os contatos, via confessional e de aconselhamento, davam-lhes acesso à intimidade e vulnerabilidade feminina (ver Box – Rui Barbosa e o confessional). Nem todas essas mulheres, todavia, eram pobres, havendo casos de concubinas serem de famílias ricas, tradicionais, detentoras de posses (bens próprios) e longe de serem sacrílegas, eram mulheres com forte vivência religiosa, pertencentes até a irmandades.

Os padres, ainda que com a publicidade ou na condição de concubinos, exerciam normalmente suas atividades religiosas e seculares, dotados de respeitabilidade e prestígio social. Tais relações ou condutas (quebra da castidade, a constituição familiar, geração de prole) tornaram-se objeto de reprovação e repressão canônica,

porquanto fugiam ao controle do Estado e da Igreja.

A visão deformada de que padres concubinos eram “devassos”, “pecadores” merece ressalva, revisão, porquanto contrariava preceitos tridentinos da Igreja (voto de castidade e o sacramento da Ordem) disseminado(s) por fontes religiosas, através de documentos, visitas pastorais, em especial no âmbito da Diocese de Mariana, à qual achava-se subordinada nossa região. Muitas relações de sacerdotes foram, sem dúvida, passageiras, fugazes, sem estabilidade familiar e proximidade com os (eventuais) filhos, daí advindo situações configuradas, à época, como promiscuidade e motivo(s) de escândalo. Ressalvado esse pormenor, as pesquisas demonstram que havia fortes laços afetivos, companheirismo e de negócios entre padres e suas concubinas.

RUI BARBOSA E O CONFESSIONÁRIO

Rui Barbosa, por várias ocasiões, ocupou a tribuna da Câmara e Senado, para tratar acidulamente do tema – perigos e sutilezas do confessional – em que as mulheres tinham “o pensamento mais nos jejuns, nas litânias, no rosário do que na educação dos filhos”. A confiança repartida com o confessor “esse amor que se rende, exigindo um amor que se entregue – calculai o que será feito quando por uma natural alucinação da inocência, transviada pelo misticismo, a essas almas inexperientes, educadas no princípio de fazer do confessional a custódia de sua pureza – o amante misterioso e celeste, personificado naquele que segreda bem-aventuranças na confissão, tropeja infernos do púlpito e no ofício divino envolve-se em nuvens de incenso, impuser-lhes em nome dos direitos irresistíveis dessa amorosa tirania, sacrifícios de cuja moralidade a penitente não poderia duvidar sem arriscar a vida eterna e para cuja aceitação está preparada pelo erotismo inconsciente das contemplações espirituais.

Essa religião, dirigida exclusivamente, aos sentidos, essa contenção frequente dos sentidos em êxtases, tem por ação específica uma hiperestesia sem consciência dos instintos inferiores da sexualidade, em que a mulher, à mercê das suas impressões encaminhadas unicamente pelo confessor, será o que o cultor celibatário daquele coração quizer fazê-lo. Os fatos o comprovam”.



CONCUBINATO CLERICAL

A existência de padres amasiados, em concubinato, mantendo prole, era normal, no tempo colonial-imperial e com substancial legitimidade social, ainda que oposta e contradita aos preceitos religiosos vigentes (o estigma da “conjugalidade sacrílega”) e mesmo estatais que reconheciam apenas o “matrimônio cristão”. De forma ampla, os sacerdotes, nessa situação, buscavam manter uma relação de unidade familiar e plena fidelidade com suas concubinas e com os filhos “apadrinhados”, reconhecendo-os, legitimando-os e legando-lhes bens. Em muitos casos, um novo, efetivo, inequívoco arranjo e organização familiar, ainda que com restrições e/ou rótulos de “inautenticidade” por parte das autoridades religiosas ou legisladores de então. As relações entre padres e concubinas eram revestidas de cumplicidade, lealdade, emprestando-se-lhes uma marca de legitimidade matrimonial e social.

Pesquisas recentes, a partir de testamentos, inventários, escrituras de perfilhação, escrituras de compra e venda e outros mecanismos de transmissão de heranças e legados, de sacerdotes com prole, confirmam a real convivência familiar, de sociabilidade, de solidariedade e a preocupação dos mesmos para com filhos e concubinas. Fica explícito o reconhecimento pleno dos filhos, sua inserção social e estratégias regulares de relação matrimonial, com projetos de sobrevivência e continuidade familiar. Outras formas/indícios de paternidade de um eclesiástico são os assentos de batismo dos próprios filhos, cuja presença (do padre/pai) se faz como oficiante/batizante, como padrinho ou até mesmo cerimônia realizada em sua residência.

As famílias, que tinham padres como chefes, comportavam forte representatividade e influente presença na vida econômica, social e política junto à coletividade, o que se aplicava extensivamente à nossa região (Comarca do Rio das Mortes).

A sociedade brasileira, por suas implicações de colonização, ocupação territorial e etnossociais, jamais compôs uma homogeneidade familiar no que diz ao seu modelo/contexto clássico (família centrada tradicionalmente no poder do pai). Daí surgirem outras modalidades de estratos familiares não

convencionais, atípicas ou informais ou mesmo outras redes de sociabilidade e coabitabilidade.

A coabitação, a divisão e compartilhamento de tarefas domésticas era comum nas relações de concubinato clerical. As mulheres, quando não mencionadas abertamente, aparecem, via de regra, como “prestadoras de relevantes serviços” (cuidados com a casa, serviços domésticos e pastoris, educação dos filhos, cuidados com o testador na saúde e velhice), para tal remuneradas e nomeadas como herdeiras, testamenteiras, tutoras dos filhos havidos em comum.

Um olhar mais recente e isento, comprova tratar-se, em sua maioria, de mulheres zelosas, cumpridoras de seus deveres como esposas, mães, embora o rótulo ou estigma de “pecadoras”. Souberam, corajosamente, sustentar familiar e socialmente tais vínculos, não se peizando ou escondendo a condição de “amásias de padres”, mães de seus filhos, fato plenamente conhecido e reconhecido pela comunidade e da mais ampla publicidade e mesmo cumplicidade.

Os religiosos concubinos participavam ativamente do dia a dia da comunidade, interagindo nas situações existenciais de seu rebanho, protagonistas e atores principais da vida política, social, econômica e cultural de sua época e de seu meio. Primavam pelo empenho na educação, crescimento e formação dos filhos, de sua estabilidade material, via reconhecimento da paternidade e transmissão de patrimônio. Relações, ainda que tidas como ilegítimas civil e eclesiasticamente, vivenciadas dentro dos padrões sociais circunstantes e significativo, inquestionável papel social. Era, em suma, a conotação de um lar constituído – com marido, mulher, filhos – ou seja uma relação conjugal estável, duradoura, aceita pela sociedade, a prole criada dentro dos valores da obediência e da ordem patriarcal vigente.

Recomendamos, a respeito, a leitura da obra “Sob o signo da fragilidade humana – Em nome dos padres e dos filhos.

Autora: Edriana Nolasco



Joia Rara

Canção de Gilberto Gil

Ontem veio a chuva
Hoje veio o vento
A qualquer momento
O fogo virá

Lança o desafio
Buda há de escutar
No meio da noite
No meio do frio

Coração vadio
Tem que estar atento
Pois cada elemento
Terá seu lugar

Ao fisgar do açoite
Buda há de encontrar
Justo, justo meio
Entre o belo e o feio

Água e ar e fogo
Terra pedregosa
Pedra preciosa
Tudo a merecer

Longe do receio
Perto do sonhar
Onde o amor se esconde
Onde o amor se ampara

Um canto na alma
Um tapa na cara
Uma joia rara
Um tanto sofrer

Uma joia rara
Um certo penar
Uma joia rara
Um certo penar

Uma joia rara
Um tanto sofrer
No meio do rio
A voz do barqueiro

(Uma joia rara)
(Um certo penar)

Fonte: Musixmatch
Compositores: Claudio Francisco
Santos Silva / Paulo Zdanowski

Joia Rara

Trio R3

Você sabe qual o valor que você tem
Você sabe que Jesus te ama como mais ninguém
Você é joia rara escondida no fundo do mar
Você sabe que do céu é propriedade particular

Você é sal da terra você, é luz do mundo
Você é astro que brilha, quando tudo está escuro
Você é vaso precioso, você é vaso valoroso
Você é ungido, é escolhido, do todo poderoso

Você
Vale mais que um diamante, você é tão importante
Deus conhece o teu valor
Você
Vale mais que o mundo inteiro, nem todo o dinheiro
Pode resgatar o teu valor
Você é joia rara nas mãos do Senhor

Você tem valor, você tem valor
Você é joia rara nas mãos do Senhor
Você tem valor, você tem valor
Você é joia rara nas mãos do Senhor

Fonte: letras.mus.br
Composição: Renata Ribeiro